

**MÃES NA MÍDIA: os
discursos sociais sobre
maternidade na cobertura
dos 'mamaços' no Brasil**

MOMS ON MEDIA: the social
discourses of motherhood in news
coverage about mass
breastfeeding protests in Brazil

MADRES EN LOS MEDIOS: los
discursos sociales sobre la
maternidad en la cobertura de los
tetazos en Brasil

**Irene Rocha Kalil¹
Ariene Alexandra Rodrigues^{2, 3}**

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar os sentidos sobre a amamentação e maternidade produzidos nos discursos da mídia online durante a cobertura dos 'mamaços'. Para isso, utiliza-se de alguns conceitos da Semiologia dos Discursos Sociais, além de ter, como horizonte teórico, os Estudos de Gênero. A análise aponta para uma cobertura que, em geral, enfoca a amamentação,

¹ Doutora em Ciências pelo Programa de Pós-graduação em Informação e Comunicação em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Possui mestrado em Educação e especialização em Sociologia Urbana, ambos pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e graduação em Comunicação Social pela Universidade Federal da Bahia. É servidora da Fiocruz e atua no Núcleo de Comunicação Social do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz). E-mail: irenekalil@gmail.com.

² Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Especialista em Comunicação e Saúde pelo Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict/Fiocruz), atua como comunicadora em entidades voltadas aos direitos humanos, em especial, de crianças e mulheres. E-mail: ariene.a.rodrigues@gmail.com.

³ Endereço de contato das autoras (por correio): Fundação Oswaldo Cruz, Instituto Fernandes Figueira. Av. Rui Barbosa, 716, Flamengo, CEP: 22250-020 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil.

sobretudo, sob a ótica da saúde e do direito da criança, e na qual o corpo feminino continua a ser regulado socialmente. Acredita-se que novas perspectivas são necessárias ao discurso midiático sobre amamentação em público, destacando-se a abordagem de aspectos relacionados à condição da mulher.

PALAVRAS-CHAVE: Amamentação; aleitamento materno; maternidade; mamaço; direitos da mulher.

ABSTRACT

This paper aims to analyse the meanings of breastfeeding and motherhood in media discourses about mass breastfeeding protests. For this purpose, it uses some concepts from Social Discourses Semiology and it is also based on Gender Studies. The analysis indicates a news coverage that, usually, presents breastfeeding related to children's health and rights and shows that female body still is socially regulated. It is believed that new perspectives on media discourses about breastfeeding in public are necessary, especially approaches related to women's condition.

KEYWORDS: Breastfeeding; motherhood; mass breastfeeding protest; women's right.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar los sentidos sobre el amamantamiento y la maternidad producidos en los discursos de los medios online durante la cobertura de los "tetazos". Para eso, son utilizados algunos conceptos de la Semiología de los Discursos Sociales y se toman, como horizonte teórico, los Estudios de Género. El análisis apunta a una cobertura del amamantamiento, principalmente, desde la óptica de la salud e del derecho del niño, desde la cual el cuerpo femenino continúa siendo regulado por intereses de orden social. Se cree que el discurso mediático sobre amamantamiento necesita de nuevas perspectivas, destacando el abordaje de aspectos referidos a la mujer.



ISSN nº 2447-4266

Vol. 4, n. 1, Janeiro-Março. 2018

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/ufv.2447-4266.2018v4n1p655>

PALABRAS CLAVE: Amamentamiento; lactancia materna; maternidad; tetazo; derechos de la mujer.

Recebido em: 26.02.2017. Aceito em: 01.12.2017. Publicado em: 01.01.2018.

Introdução

Nos últimos anos, organismos internacionais e políticas nacionais em diversos países têm recomendado veementemente a amamentação materna sob livre demanda com caráter exclusivo no primeiro semestre de vida do bebê e complementar até os dois anos de idade. Paradoxalmente, as mulheres têm enfrentado um crescente clima de constrangimento por amamentarem seus bebês em público. As justificativas são as mais variadas, passando pela idade da criança, que pode ser “muito velha” para o ato, pela “qualidade” do leite materno, pelo discurso construído ao longo de anos da eficácia das fórmulas, e até mesmo pela exposição do corpo feminino durante a lactação. O fato é que a cena de uma mãe amamentando pode causar incômodo em boa parte das sociedades contemporâneas.

Historicamente, o corpo da mulher ficou reservado ao espaço doméstico. Sua presença no espaço público, tradicionalmente dominado pelos homens, nem sempre foi bem vista ou aceita por aqueles que o ocupavam. Se apenas a presença feminina por vezes causava incômodo, a exposição do corpo feminino desencadeava outros sentimentos. Badinter (1985) afirma que, já no século XVII, o ato de uma mulher amamentando poderia gerar constrangimento a quem visse tal cena, pois, “além de dar uma imagem animalizada da mulher ‘vaca leiteira’” (p. 96), seria um gesto despudorado. Ou seja, restava às mães amamentar devendo esconder-se para isso, “o que interrompia por um longo período a sua vida social e a de seu marido” (p. 96).

Atualmente, ao menos em parte, essa restrição da mulher-mãe no espaço público permanece. Assim, a maternidade pode ser bem aceita desde que aconteça dentro do espaço do lar, onde apenas a família participe. O que sai desse perfil, por vezes, é considerado irregular ou mesmo imoral. Isso porque o papel social do corpo feminino nas sociedades ocidentais contemporâneas,

antes de ser materno, é objeto de desejo. Na sociedade moderna, a estética criou um grande apelo erótico sobre o corpo feminino. E, especialmente quando falamos do seio, é importante notar que ele deve ter formato, tamanho e consistência específicos, sendo visto, antes de um órgão funcional para o ato da lactação, um órgão erótico e sexual.

Essa dicotomia entre seio materno e seio erótico criada pela cultura ocidental moderna objetifica uma vez mais o corpo feminino, que ora é o corpo santo, de mãe; ora torna-se o corpo pecaminoso. Tal perspectiva ganha força com a insistente exibição, na mídia, de imagens alternadas do corpo da mulher: ao mesmo tempo, a santa mãe que amamenta (como nas imagens das campanhas de amamentação) e o objeto do desejo masculino. E a crescente interpelação de mulheres amamentando seus bebês deixa à mostra a contundente tensão que ainda existe entre a construção do corpo feminino *versus* corpo materno e o permanente controle social que se exerce sobre ambas as 'versões' desse corpo.

Se por um lado a sociedade espera que uma boa mãe amamente seu filho como sinal de amor, por outro, coloca condições para que isso aconteça: de preferência em ambiente privado ou familiar, sem nenhuma testemunha e sem "expor" seu corpo a um desconhecido. E as que ameaçam contrariar isso são julgadas por meio de olhares de reprovação, convites a se adequar ao espaço onde estão ou mesmo a proibição de fazê-lo no local. Wolf (2008) afirma que as mulheres não se sentem à vontade para amamentar em público por uma razão muito simples: "o público não fica confortável ao vê-las amamentar" (p. 2, tradução nossa).

Essas situações de constrangimento social para mães que amamentam em público têm gerado diversas manifestações pelo mundo, desde a elaboração de campanhas publicitárias que discutem o local ideal para a

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2018v4n1p655>

lactação no espaço coletivo até manifestações de mães que defendem o amamentar em qualquer espaço em diferentes países. Argentina, Colômbia, Filipinas e México são alguns exemplos de como o mundo vem abordando a amamentação por uma lógica que vai além do bem-estar do bebê. Nesses países, os chamados “mamaços” têm sido noticiados como uma estratégia de mobilização social em busca de outra perspectiva da amamentação em público.

No Brasil, o cenário não é diferente. O debate sobre a amamentação ganha espaço com os mamaços que se estabeleceram no país desde 2011, inicialmente em São Paulo, depois em Belo Horizonte e outras dezenas de cidades. Os mamaços surgiram como manifestações de mães que se mobilizavam pelas redes sociais, mas esses protestos se espalharam pelo país, ganhando as páginas dos impressos e espaço no mundo virtual. As manifestações chegaram a mobilizar as casas legislativas, que atentaram para as recorrentes reivindicações e criaram leis que protegem as mães e as crianças de abordagens impróprias. A partir das manifestações populares, os eventos ganharam tanta visibilidade que, já em 2012, foram incorporados ao calendário da Semana Mundial da Amamentação (Smam) – promovida pela *World Alliance for Breastfeeding Action* (Waba) e, no Brasil, organizada pelo Ministério da Saúde (MS) -, sob o título de a “Hora do Mamaço”. Sobretudo por terem sua origem na mobilização de mães pelo seu direito de amamentar em público, os mamaços são o objeto central deste artigo, que visa analisar os sentidos sobre amamentação e maternidade produzidos nos discursos da mídia online nacional na cobertura jornalística desses ‘eventos-manifesto’.

Referencial teórico-metodológico

Para compreender os sentidos sobre a maternidade, amamentação e direitos das mulheres nas matérias que falam sobre os mamaços, foram

utilizados alguns conceitos da metodologia conhecida como Análise do Discurso (AD) na perspectiva da Semiologia dos Discursos Sociais (Pinto, 2002). Partindo das ideias de Orlandi (1999) e Pinto (2002), ambos herdeiros da escola francesa da AD – cujos nomes mais importantes são Michel Foucault e Michel Pêcheux –, tal corrente teórica define os discursos “como prática sociais determinadas pelo contexto sócio-histórico, mas que também são parte constitutiva daquele contexto” (PINTO, 2002, p. 21).

Segundo Pinto (2002), a AD é um recurso que procura “descrever, explicar e avaliar criticamente os processos de produção, circulação e consumo dos sentidos vinculados àqueles produtos da sociedade” (PINTO, 2002, p. 11), sendo que o papel da mesma não é esgotar os sentidos imanentes no texto, mas procurar considerar a contextualização existente em cada objeto para compreender o processo de produção de sentidos ali presentes. Para o autor, todo texto é um “tecido de vozes”, que podem ser indicadas explícita e conscientemente ou não, mas que marcam a presença de outros textos preexistentes. O que ele propõe, em suma, é demonstrar a importância do contexto na metodologia de análise discursiva.

Orlandi (1999), por sua vez, afirma que a AD, que teria suas origens em três campos – Psicanálise, Linguística e Marxismo –, procura entender a língua não apenas como uma estrutura fechada, mas como uma forma de acontecimento. “As palavras simples do nosso cotidiano já chegam até nós carregadas de sentidos que não sabemos como se constituíram e que, no entanto, significam em nós e para nós” (ORLANDI, 1999, p. 20). A pesquisadora explica que a AD é um discurso no qual a ideologia tem papel fundamental, já que ela é a relação entre linguagem e mundo que constitui o sujeito. E é pela relação do sujeito com a história que são construídos os sentidos. No entendimento da autora, é por meio das superfícies textuais – que, no caso

deste artigo, são as matérias jornalísticas analisadas – que se faz possível ter acesso ao ‘discurso’. Para Orlandi (1999), o texto tem diversas apresentações, podendo ser som, letra, ocupar espaço. Ele é, sobretudo, espaço significante, “lugar de jogos de sentidos, de trabalho da linguagem, de funcionamento da discursividade. Como todo objeto simbólico, ele é objeto de interpretação” (p. 72).

O papel do analista de discursos é, portanto, buscar compreender como o texto produz sentidos, procurando observar como ele pode ser lido e que sentidos estão presentes nele, sem um ponto definido de partida ou chegada. E essa produção de sentidos no texto só pode ser entendida segundo as noções de intertextualidade e interdiscurso. Ambas correspondem à questão referencial do texto: a intertextualidade, ou heterogeneidade mostrada, reporta à manifestação presente e múltipla no texto analisado de outros textos; e o interdiscurso, ou heterogeneidade constitutiva, remonta a outros textos preexistentes sobre os quais o autor empírico não tem controle (PINTO, 2002, 31).

Por outro lado, tratar da memória discursiva acerca do corpo feminino, da maternidade e da amamentação implicou uma incursão à produção acadêmica dos Estudos de Gênero, que visa questionar o modo como se distingue o feminino do masculino somente por aspectos biológicos, desconsiderando a história e a cultura. De acordo com Meyer (2004), foi a partir das décadas de 1960 e 70, durante a chamada ‘segunda onda feminista’, que pesquisadoras feministas passaram a que estudiosas anglo-saxãs passaram a utilizar o termo “gender”, conceito traduzido como ‘gênero’, que pretendia questionar a tradicional equação que “resultava em diferenças reconhecidas como sendo inatas e essenciais - na qual se articulava um determinado modo de ser a um sexo anatômico que lhe seria ‘naturalmente’ correspondente” (p.

14).

Foucault (1984) afirma que, por meio da disciplinaridade, os corpos vigiados tornam-se dóceis ao serem observados e que o poder exercido em sociedade é “muito mais denso e difuso que um conjunto de leis ou um aparelho de Estado” (p. 122). Pode-se dizer que o corpo feminino, desde muito tempo, obedece à mesma lógica, tendo sido disciplinado em busca de um ideal de bondade, de serenidade, de submissão que corresponde à construção sociocultural da feminilidade, em oposição ao corpo masculino, tido como forte, ativo e capaz: aquele que se sobrepõe. Nesse sentido, Bordo (1997) defende que “o disciplinamento e a normatização do corpo feminino (...) têm de ser reconhecidos como uma estratégia espantosamente durável e flexível de controle social” (p. 20).

Também para Bourdieu (2012), existe uma relação assimétrica entre os gêneros, com destaque para o masculino. O pesquisador afirma que a disciplinaridade do corpo é repetida incessantemente pela mulher, como pode ser observado no cerceamento em relação a sua aparência física: como ela se veste ou se penteia. Isso reforça os princípios antagônicos da identidade masculina e feminina a partir de maneiras permanentes de servir do corpo. Segundo o autor, as mulheres foram excluídas das discussões públicas e políticas, tendo sua atuação deslocada especialmente ao universo doméstico e à maternidade, e que, mesmo quando supostamente são reconhecidas e algumas vezes ritualmente celebradas, isso só acontece quando continuam submetidas às atividades de produção, “as únicas que recebem uma verdadeira sanção econômica e social, e organizadas em relação aos interesses materiais e simbólicos da descendência, isto é, dos homens”. (BOURDIEU, 2012, p. 116)

Essa participação marcada, de que fala Bourdieu, delimita o espaço da mulher na vida em sociedade e faz com que ela assuma determinados papéis

sociais, como o de “cuidadora”, conferindo-lhe “uma posição hierárquica inferior em relação aos homens publicamente ativos e provedores” (SAYÃO, 2003, p. 123). Dessa forma, à mulher, em geral, sempre coube o papel de observadora da vida pública, não participante das discussões e das decisões, mesmo quando se referem a ela. Embora seu corpo seja onipresente e sempre se fale da mulher, ela é, constantemente, silenciada (PERROT, 2003). Perrot (2003) entende que, ao longo da história, o corpo feminino esteve relacionado à função da procriação, expressão do pensamento simbólico que foi reforçado pelos discursos médicos ou políticos.

A filósofa Elisabeth Badinter (1985) traz, ainda, outras convicções sobre o papel da maternidade na vida de uma mulher. Criticada por uns e aclamada por outros, ela afirma que o instinto maternal ou o amor materno, tal qual se espera das mulheres, é, na verdade, uma construção social, podendo variar de acordo com a época e costumes de cada período histórico. Segundo a autora, o olhar sobre a maternidade abnegada e da família como a conhecemos data do fim do século XVIII, e, por meio da ênfase na exclusividade feminina de gestar, parir e amamentar, gerou uma dominação sobre a mulher que pode ser observada, em outros tempos e até os dias atuais, a partir da delegação, somente a ela, da função de cuidar dos filhos. Naquele contexto, conforme os ideais iluministas da época, o ato de amamentar passa a ser visto como uma prova do amor e da dedicação materna.

Mais recentemente, precisamente nas últimas três décadas, a noção de maternidade teria sofrido, segundo Badinter (2011), uma ‘revolução silenciosa’. Impulsionadas pela segunda onda feminista das décadas de 1960 e 70, as mulheres teriam se visto diante de um cenário onde podiam escolher ser mães. Para a autora, a função materna foi retomada sob uma nova visão, a naturalista, que, além de trazer o aspecto biológico para o centro da cena, passa a olhar a

maternidade como um novo tipo de trabalho. A união da ecologia, das ciências do comportamento e do feminismo essencialista faz surgir essa mãe naturalista (ou ecológica), que tem no instinto materno sua base e na amamentação um de seus principais pilares. Na visão de Badinter (2011), esse 'feminismo maternalista', que adota a prática do parto natural e da amamentação, possibilita o crescimento do sentimento de culpa que persegue as mães e contribui para a continuidade de uma sociedade patriarcal, que não consegue avançar na conquista dos direitos das mulheres.

Meyer (2000), por sua vez, denomina essa filosofia contemporânea que dá ainda mais destaque ao cuidado com o bebê de "nova politização da maternidade e do aleitamento materno" (p. 9). Ao estudar a situação brasileira por meio do Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno (Pniam), a autora acredita que esse conceito emergiu de uma situação bastante particular para a época, a década de 1980, quando a política estatal já era favorável a amamentação e buscava "implantar, aperfeiçoar e/ou multiplicar estratégias educativas que introjetem o aleitamento como comportamento social universal das mulheres" (MEYER, 2000, p. 10). A autora destaca que, apesar de a prática do aleitamento poder ser saudável, desejável e prazerosa para mães e bebês, não se pode "deixar de visibilizar e problematizar as poderosas redes de disciplinamento e de controle social que, em nome dela, são produzidas e colocadas em circulação nas pedagogias de amamentação" (p. 15).

Resultados

Este artigo centrou seu foco nas notícias publicadas online com data a partir de 1º de janeiro de 2011 até o mês de setembro de 2016 (período de finalização da coleta de dados da pesquisa). Considerando o tempo limitado e o

grande número de matérias até 2016, optou-se por, a partir de 2012, buscar referências no período bienal, ou seja, de dois em dois anos. Sendo assim, os demais períodos pesquisados foram os anos de 2014 e o de 2016 (até o fim do mês de setembro). O resultado da busca realizada no Google Notícias mostrou que, no primeiro ano de notícias selecionadas (2011), 12 matérias foram publicadas. No ano seguinte, quando foi lançada a “Hora do Mameço”, promovida pelo grupo Aleitamento Materno Solidário (AMS) e adotada pela Semana Mundial da Amamentação (Smam), 4 matérias abordam a temática. Em 2014, 23 matérias fazem referências aos mameços. Em 2016, de janeiro a setembro, 63 matérias foram referenciadas.

Das 102 matérias encontradas, 61 (mais da metade) eram oriundas de um mesmo portal de comunicação, o G1, canal de notícias pertencente ao Grupo Globo e que reúne as produções televisivas e virtuais do grupo. Possivelmente, a abrangência de atuação do conglomerado tenha influenciado neste número, já que pelo menos 19 estados foram contemplados no acervo, sendo São Paulo o principal, com 16 matérias, seguido por Santa Catarina, com 15, e Minas Gerais, com 9 conteúdos. A partir da seleção inicial, foram escolhidos quatro textos para a análise da produção de sentidos de seus discursos respeitando os seguintes parâmetros: um texto por ano pesquisado; produção própria, não podendo ser reprodução de outro veículo ou agência; mais de uma fonte entrevistada; preferencialmente, de diferentes veículos.

A matéria selecionada para o ano de 2011 foi retirada do Portal G1, onde se encontrava na editoria Brasil. Data do dia 12 de maio de 2011 e traz como título “Mulheres fazem 'mameço' pelo direito de alimentar os filhos em SP” (ARAÚJO, 2011) e subtítulo “Antropóloga foi impedida de amamentar em espaço de exposição em março. Mães debateram o caso na internet e organizaram o encontro nesta quinta” (ARAÚJO, 2011). Onze fotografias

ilustram o material; a grande maioria traz crianças sendo amamentadas no espaço onde uma mãe havia sido convidada a se retirar por estar amamentando seu filho. A foto dela com o bebê é a primeira a ilustrar o texto, seguida por uma foto menor do diretor do espaço onde acontecia a manifestação, com a legenda “Eduardo Saron, diretor do Itaú Cultural, disse que quase apanhou da mulher em casa”.

A matéria retrata o primeiro mamaço noticiado no Brasil. Ele aconteceu após uma mãe ser convidada, por uma funcionária do Itaú Cultural, a se retirar de uma exposição por estar amamentando. Segundo a notícia, a “funcionária disse que era norma da instituição não permitir que pessoas se alimentassem no espaço” (ARAÚJO, 2011), afirmação confirmada parágrafos depois pelo diretor do local, que assumiu a culpa e prometeu capacitar novamente os funcionários para que eles soubessem lidar com essa situação, além de abrir o espaço para o debate. O texto aborda também a reação na casa do diretor, que, na época, tinha um filho de 8 meses. O fato de o debate ter sido ampliado para a casa do diretor é retratado em todas as matérias que cobriram o mamaço. Tal discurso reforça o tradicional papel do homem como espectador da amamentação, aquele que pouco sabe, pensa e se preocupa com isso, precisando de uma ação externa para repensar o seu papel não apenas no trabalho, mas também dentro de casa, remetendo ao interdiscurso da amamentação como uma prática pertencente ao universo feminino.

As falas das mães revelam as dificuldades de haver espaços preparados para acolher mulheres que amamentam e a necessidade de a sociedade aprender a lidar com o seio materno quando ele está exposto durante a lactação, evidenciando a tensão entre o seio materno e o seio feminino erotizado. O discurso da maternidade ecológica também aparece, ainda que de forma sutil, mas sempre presente nas falas das mães, como é o caso de uma

mãe entrevistada ao declarar que "[Amamentar] é natural. Há muita divulgação de alimentação artificial, de leite em pó. A mãe precisa ser preparada para alimentar os filhos e saber que são capazes de fazer isso. Somos mamíferos e nada mais natural que mamemos" (ARAÚJO, 2011). A representante do Grupo de Apoio a Amamentação Ativa (Gama), que participou da organização do evento, disse que a ação buscou reforçar o papel de mãe que amamenta, da mulher, utilizando as palavras debate, respeito e apoio. O direito das crianças está presente, mas é colocado em segundo plano: a busca parece ser o apoio à mãe que amamenta e encara diferentes dificuldades, respeitando suas vontades.

Em 2012, por iniciativa do grupo Aleitamento Materno Solidário (AMS), os mamaços passaram a acontecer durante a Smam. A notícia analisada foi retirada do site Diário do Grande ABC na editoria Setecidades, que equivaleria à editoria "Geral" em outros veículos de comunicação. Publicada em 3 de agosto de 2012, a matéria tem o título: "Grande ABC terá 'mamaço' contra tabus", sem subtítulo, e traz apenas uma imagem: uma mãe amamentando um bebê enquanto olha e sorri para ele. O texto divulga a ação que irá acontecer em alguns dias, e é um convite a mães que "que amamentam e apoiam a divulgação do aleitamento materno" (SANCHES, 2012). Segundo a repórter, o evento é uma ação inédita na região do ABC e tem como objetivo enfrentar o preconceito que "muitas mulheres" sofrem ao amamentar em espaços públicos.

Uma das organizadoras do evento, que participa de um grupo que discute os desafios da maternidade, afirma que "atualmente temos de lidar com as coisas de forma moderna, mas sem perder o que é natural. Somos mães" (SANCHES, 2012). A afirmação, mais uma vez, remete ao conceito de maternidade ecológica discutida por Badinter (2011), no qual a mãe deve

enfrentar qualquer situação para garantir que a natureza cumpra seu papel, o que fica mais claro quando a entrevistada afirma “somos mães”.

É possível perceber, ao lado desse retorno a uma noção natural de maternidade, como o discurso da ciência, tal qual no movimento higiênico do início do século XX no país, está cada vez mais forte no debate atual. Agora, destacam-se as evidências científicas que atestam a superioridade do leite materno, tanto do ponto de vista nutricional quanto imunológico. Segundo o texto, as mães “avaliam que o debate deve se basear em estudos e dados científicos, e não no achismo” (SANCHES, 2012). A entrevistada afirma que os profissionais da saúde devem respeitar a opinião das mulheres. “Não somos hippies. Entendemos os riscos e benefícios de cada tipo de parto. Mas as mulheres precisam, pelo menos, ter essas informações” (SANCHES, 2012). Com a última frase, fica claro o posicionamento de que essas mulheres que estão discutindo a maternidade querem ser ouvidas além de ouvir. O texto traz ainda informações sobre uma Marcha pela Humanização do Parto a acontecer no Rio de Janeiro e um convite para o grupo que discute quinzenalmente os desafios da maternidade e os tipos de parto.

A “Hora do Mamaço” chega à terceira edição já como atividade oficial dentro da Smam. A matéria selecionada em 2014 é do Jornal de Santa Catarina, publicada no dia 2 de agosto de 2014 (a primeira semana de agosto é o período em que acontece a Smam), e traz a ação nacional já no título: “Hora do Mamaço em Blumenau reúne mães em luta contra o preconceito pela amamentação em locais públicos”, com o subtítulo “Evento criado pela organização Aleitamento Materno Solidário (AMS) chega à terceira edição” (CAMARGO, 2014). Dois recursos audiovisuais compõem a notícia: o primeiro, uma fotografia que dá um close no bebê que mama enquanto olha para a

câmera; o segundo, um vídeo com o depoimento de várias mães sobre a Hora do Mameco e os tabus da amamentação e do corpo.

O texto traz informações sobre as ações previstas para a atividade, que acontecerá poucos dias após a divulgação da matéria, e informa que, além da amamentação coletiva, as mães poderão sanar dúvidas “e mostrar que oferecer alimento ao filho é um gesto saudável e precisa ser resguardado” (CAMARGO, 2014). A matéria retrata as represálias que algumas mães (que depõem no vídeo) sofreram no município de Blumenau por amamentar em público. A resposta sobre o que leva pessoas a um comportamento preconceituoso é dada por um pediatra, que relaciona esse ato à sexualização do seio da mulher: “É curioso que num shopping, por exemplo, onde tem uma praça de alimentação, criem uma salinha de amamentação. É claro que se ela se sente desconfortável ao dar de mamar em público ela deve ter um lugar reservado, mas a amamentação deve ser encarada como alimentação natural” (CAMARGO, 2014).

O pediatra entrevistado lembra, ainda, que durante o Carnaval o seio exposto não é visto como um problema, “mas se uma mulher expõe o seio para alimentar o próprio filho as pessoas ficam horrorizadas. É incompreensível” (CAMARGO, 2014). A fala do médico é uma das poucas que traz de maneira explícita a problematização do corpo da mulher: de como ele não é bem aceito nos espaços públicos quando se trata do corpo materno exposto. Uma segunda entrevistada, a psicóloga do Banco de Leite Humano de Blumenau, concorda com o médico e destaca o papel da sociedade moderna na priorização da função estética do corpo feminino, compreendendo os mamecos como um caminho possível para mudar as mentalidades.

A terceira entrevistada, nutricionista da Secretaria de Saúde de Joinville e facilitadora do Ministério da Saúde para a Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil, segue a mesma linha de pensamento. Ela fala sobre a decisão da mulher

por amamentar em meio a uma sociedade que a julga, e encerra seu depoimento afirmando o papel da sociedade ao apoiar a amamentação. O foco de seu depoimento são os benefícios da prática na perspectiva do bebê, afirmando que “a amamentação rompe as fronteiras da saúde para ser discutida como uma questão de cidadania, entendendo que o primeiro direito que toda criança tem neste mundo é o direito ao leite materno como salvaguarda à vida” (CAMARGO, 2014).

É interessante observar que a fala dos primeiros entrevistados destaca o direito da mulher de ocupar um espaço sem ser objetificada, enquanto as falas das mães – e que estão presentes apenas no vídeo – têm o apelo sentimental, quando elas falam do direito das crianças de serem amamentadas em qualquer espaço, quando quiserem, e dos benefícios da amamentação. A representante da Secretaria de Saúde adota um discurso que passeia por ambos os entendimentos, mas enfatiza a amamentação como um direito da criança ao leite materno e a relação disso com um o discurso cívico - a ideia de amamentação como um investimento no futuro de nação -, que também remonta ao movimento higiênico do início do século XX no Brasil.

Em 2016, os mamaços ganham espaço na mídia, não somente no país, mas também fora dele, sendo algumas matérias relativas a mamaços ocorridos na Argentina e Colômbia. Vários municípios e estados brasileiros ganharam legislação específica sobre o ato de amamentar em público, gerando multa para empresas que desrespeitem esse direito. Publicada em 6 de agosto de 2016, a matéria do Portal G1 de Minas Gerais traz mães e profissionais de saúde como entrevistadas. Duas atividades aconteciam no dia: na primeira, segundo a repórter afirma em *off*, “mães dedicadas foram com seus filhos para a Praça da Liberdade, onde amamentaram em público contra o preconceito de amamentar o bebê em espaços abertos”, o chamado mamaço; na segunda, um mamaço

que ocorreu no Hospital Sofia Feldeman, como ação de encerramento oficial da Smam em Belo Horizonte.

No ano que a World Alliance for Breastfeeding Action (Waba) assume a sustentabilidade como tema principal da Smam, o discurso dos entrevistados se apropria dos mesmos posicionamentos. No vídeo disponível na matéria, uma das mães afirma que “sabendo que é o melhor alimento, a gente tem que lutar por essa causa porque as crianças precisam de um mundo melhor” (G1 MG). Por sua vez, a enfermeira entrevistada explica que “a mãe que amamenta no peito não precisa se preocupar com nada. É menos gasto para o planeta, menos lata, menos mamadeira, menos combustível, mais saúde, mais energia e quem ganha é a mãe, a família, o pai e a sociedade” (G1 MG). Essa fala explicita o discurso da maternidade ecológica, mas ultrapassa o olhar biológico, assumindo também uma conotação econômica. Ao amamentar, a mãe não apenas pensa na saúde do seu filho hoje, mas prepara o mundo que ele vai viver no futuro. A amamentação não é apenas natural, ela se mostra aqui como parte de um movimento de desenvolvimento sustentável do planeta. Tais discursos remetem, uma vez mais, ao imaginário do higienismo, que reconhecia a mulher como uma das principais responsáveis pelo sucesso da nação (FREIRE, 2009), trazendo à tona, também, a lógica de culpabilização da mulher, que, se não amamenta, não é dedicada o suficiente, expondo seus filhos a riscos e prejudicando o desenvolvimento do país e o meio ambiente.

Discussão

Assim como grande parte dos organismos internacionais, no Brasil, o Ministério da Saúde trata da questão do aleitamento materno com olhar sobre a saúde da criança. No país, o tema é de responsabilidade da Coordenação Geral de Saúde da Criança e Aleitamento Materno (CGSCAM), que atua

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2018v4n1p655>

reforçando essa visão da maternidade abnegada e da amamentação como sendo um momento único de amor entre mãe e filho, e pouco se dedica a discutir as dificuldades que as mulheres possam enfrentar durante a prática da amamentação, entre elas a hostilidade social por amamentar em público.

Os mamaços surgiram cumprindo, em parte, o papel de levar à sociedade uma discussão que estava fechada nos grupos online e presenciais de conversa sobre maternidade. Por meio da análise das matérias sobre a cobertura desses eventos, é possível perceber, nas falas de algumas das mulheres entrevistadas, discursos sobre as motivações que levaram essas mães a promover e participar dos protestos. Muitos referem-se ao direito de as mulheres amamentarem seus filhos sem passar por constrangimentos. Também as fotografias que ilustram as reportagens mostram mulheres segurando cartazes com dizeres como “Amamentar é meu direito. Tira o olho do meu peito” e “Meu peito. Meu corpo. Minhas regras”. Entretanto, esse discurso não é único. Em muitos momentos vemos que são os direitos das crianças que novamente são retomados como discurso principal das ações. E a mídia é participante ativa nesse processo.

Das quatro matérias selecionadas para a análise, duas abordam situações vivenciadas no Estado de São Paulo (2011 e 2012), uma em Santa Catarina (2014) e uma em Minas Gerais (2016). Todas elas trazem a palavra mamaço já no título e contam com imagens (foto ou vídeo) que ilustram os textos. Entendemos, tomando como base Pinto (2002), que “os textos não surgem isoladamente num universo discursivo dado. Elas pertencem a séries ou redes organizadas por oposição ou sequencialidade” (p. 56). Isso significa que a análise sobre as marcas ou pistas deverá sempre levar em consideração a intertextualidade, a interdiscursividade e os diferentes contextos com o qual determinado texto se relaciona. Por isso mesmo, buscamos observar os textos

selecionados na relação entre seus elementos – textos escritos, imagens, vídeos – e também na sua relação uns com os outros, considerando que “todo o processo de textos nada mais é do que um processo de recepção de outros textos já dados na cultura” (PINTO, 2002, p. 59).

De maneira geral, percebe-se que os mamaços ganharam espaço e destaque na mídia online ao longo dos anos. Se em 2011 a novidade dos protestos idealizados por mães foi o chamariz para a imprensa cobrir essas ações, nos anos seguintes, a atuação junto aos órgãos oficiais, como Ministério da Saúde (MS), colocou os mamaços sob uma nova perspectiva, adotando outras funções sociais para além de protestar. Eles foram usados para a promoção de palestras, cursos e até lançamentos de espaços dentro de shoppings, como uma ‘praça de amamentação’. As mães entrevistadas também apontam para um perfil específico, em especial quando os mamaços são organizados por elas mesmas, sem participação de instituições: mulheres entre 20 e 40 anos, com educação superior e participantes de grupos de discussão sobre a maternidade, como demonstrado na matéria de 2011. Além de citar as profissões das mães, todas com formação universitária, trata de uma manifestação que se originou da proibição da amamentação em um espaço cultural mantido pela iniciativa privada e que, posteriormente, foi palco do evento em forma de protesto. Pesquisa realizada na Europa confirma que a mãe defensora da premissa que “boa mãe é a que amamenta” (p. 115) tem o mesmo perfil sociocultural em todos os países desenvolvidos: “mais de 30 anos, pertence a uma categoria socioprofissional elevada, exerce uma profissão, não fuma, segue cursos de preparação para o parto e se beneficia de uma longa licença parental” (DEBONNET-GOBIN, 2005 *apud* BADINTER, p. 115).

Mas, para além dessa primeira impressão, a análise das matérias selecionadas demonstra que conceitos como contexto(s), interdiscurso e

intertextualidade nos ajudam a compreender melhor como são construídos os sentidos sobre maternidade e amamentação na cobertura dos mamecos. Observando as campanhas da Smam, produzidas pelo MS, Kalil (2016) identificou, na construção textual e imagética das peças, alguns interdiscursos ou intertextos importantes. Nas imagens dos cartazes, por exemplo, percebe-se a remissão a “diversas pinturas que representaram, ao longo de séculos, episódios ou cenas bíblicas em que, sozinha ou ao lado de José e de sua mãe, Santa Ana, Nossa Senhora (a Virgem Maria) amamentava o menino Jesus (representando a chamada ‘Sagrada Família’)” (KALIL, 2016, p. 183). Outro discurso que aparece muito forte nas matérias é o da maternidade ecológica, e que chega ao ápice em 2016, com a adoção da temática da sustentabilidade para a Smam. A palavra ‘natural’ é recorrente nos discursos das mães, representantes de organizações e profissionais da saúde entrevistados nas matérias analisadas. Outra palavra que aparece com frequência, na discussão sobre a amamentação em público, é ‘direito’, tanto para referir-se aos da mãe, como ao dos bebês. Apesar de não existirem isoladamente, o “direito de mamar” do bebê se sobrepõe ao “direito de amamentar” da mulher na maioria das falas.

Na análise das matérias, também foi possível verificar o que Pinto (2002) nomeou de ‘semiose social’. Para o autor, esse conceito possui duas dimensões: a ideológica e o poder. Segundo o autor, “nem sempre o ideológico se liga de imediato ao bom senso interpretativo, já que relações de poder estão sempre em jogo em qualquer processo interacional” (PINTO, 2002, p. 45). A dimensão de poder, por sua vez, faz referência ao discurso assumido pelos receptores, tomando “forma de sentidos produzidos, investidos em textos como conversas, gestos, comportamentos, entrevistas de pesquisa, etc., que definem por sua vez determinadas relações e identidades sociais assumidas por esses receptores

(agora emissores)” (p. 47).

Na dimensão do poder, observa-se como, nas primeiras matérias, o discurso sobre os direitos da criança estava presente nas falas, mas fica muito mais forte conforme os anos passam e a cobertura midiática cresce, fazendo com que os discursos dos entrevistados, inclusive das próprias mães, fiquem bastante semelhantes aos discursos oficiais. Isso pode ser observado na matéria de 2016, na qual os discursos das mães entrevistadas no vídeo (tradicionalmente receptoras do discurso oficial) se apropriam da associação entre amamentação e sustentabilidade adotada pela campanha oficial da Smam daquele ano, enquanto apenas a enfermeira (que pode ser compreendida aqui como ‘especialista’) é fonte para a matéria escrita. Como afirma Kalil (2016), trata-se de uma relação discursiva desigual, visto que “a posição dos produtores do discurso institucional é superior à dos usuários dos serviços de saúde, pois eles detêm a fala autorizada sobre o assunto, a fala da medicina, pautada nas verdades e evidências científicas” (p. 242).

A discussão sobre o porquê de haver um incômodo social pelo fato de mães amamentarem em público seus bebês tem pouco espaço nas matérias analisadas - sendo a de 2014 a que dá um destaque maior a essa pauta -, e, geralmente, o foco do debate é o direito da criança de ser amamentada em prol da sua saúde/desenvolvimento saudável. Talvez por dar notoriedade a esse ponto, o papel da mulher na amamentação não seja devidamente abordado. Apesar de elas serem a força motriz dos mamecos, e ser por conta da exposição de seus corpos que surgem as reclamações, pouco se fala sobre as dificuldades, vontades e receios que a mulher pode ter em relação à amamentação. A responsabilização da mulher para com a prole dá o tom da discussão, e quaisquer comportamentos destoantes dos atribuídos à ‘boa mãe’ passam a gerar culpa e uma imagem de má mãe (BADINTER, 1985; 2011).

Conclusão

A amamentação, como vem sendo tratada pela maior parte dos discursos nacionais e internacionais em prol do aleitamento materno, é um dever da mãe para com o seu filho, que tem o direito a ser amamentado. Essa posição ganha um status oficial quando a política de Estado voltada ao aleitamento materno está centrada na saúde da criança, demonstrando que a atenção é visualizada sob a ótica dos desafios da criança, e não da mãe. A mulher é colocada em segundo plano e pouco se fala dos empecilhos que ela possa enfrentar durante a prática da amamentação ou escolhas que possa fazer nesse processo. A construção desse cenário não é recente, mas tem raízes históricas profundas. No Brasil, assim como no mundo, a maternidade científica forjada no início do século XX com o movimento higiênico permitiu à mulher um novo lugar na sociedade, colocando na amamentação e no cuidado com os filhos uma importante função social, decisiva para o futuro da nação moderna. A mulher e sua maternidade estavam, dessa forma, atreladas ao espaço doméstico, embora sua regulação fosse, mais do que nunca, uma questão pública.

Mais recentemente, com a segunda onda do movimento feminista, as questões de gênero passaram a ser uma tônica no debate sobre a maternidade e o papel da mulher na sociedade. A massificação do trabalho feminino traz novos desafios, cria outros contextos e situações a serem absorvidas pela sociedade: a mãe começa a atuar também fora do espaço doméstico, e a maternidade, em consequência, passa a ser vivida de forma pública. Essa situação criou novos cenários, incluindo aquele no qual a sociedade necessita aprender a lidar com a dualidade que o corpo da mulher representa: de um lado, o corpo sexual, erótico; de outro, o corpo da mãe, sacralizado, que gera e amamenta. A exposição da mãe no espaço público, em especial em relação ao

seu seio, e o posicionamento dela ao promover protestos a favor da amamentação em espaços públicos, trazem à tona sentimentos e sentidos sobre a maternidade e a mulher que haviam sido pouco explorados em nosso país. Faz-se necessário um outro olhar sobre a amamentação, sobretudo na perspectiva da mulher e seus direitos e a mídia tem um importante papel nesse cenário, pois, no processo de ouvir e reverberar vozes, ela colabora para a construção de novos discursos – ou para a atualização de discursos antigos.

A análise das matérias mostrou que o discurso adotado pela mídia ao abordar os mameiros, ao longo dos últimos seis anos, tem assumido “discursos reconhecidos como hegemônicos” (PINTO, 2002, p. 45), como os da Organização Mundial de Saúde (OMS), Unicef, Ministério da Saúde e Sociedade Brasileira de Pediatria, que, de modo geral, enxergam a amamentação muito mais ligada à saúde da criança. Assim, é interessante notar como, muitas vezes, as próprias mulheres entrevistadas reproduzem, em suas falas, discurso oficial, biomédico e da normatização social, priorizando um olhar sobre a amamentação na perspectiva do direito da criança e concedendo pouco espaço para discutir a amamentação sob a ótica da mãe e da mulher para além da maternidade.

Referências

ARAÚJO, Glauco. Mulheres fazem 'mameiro' pelo direito de alimentar os filhos em SP. G1. 12 mai. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/05/mulheres-fazem-mamaco-pelo-direito-de-alimentar-os-filhos-em-sp.html>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

BADINTER, Elisabeth. **Um Amor Conquistado: o mito do amor materno**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BADINTER, Elisabeth. **O conflito: a mulher e a mãe**. Rio de Janeiro: Record,

2011.

BORDO, Susan. O corpo e a reprodução da feminilidade: uma apropriação feminista de Foucault. In: BORDO, Susan; JAGGAR, Alisson. **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997, p. 19-41.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CAMARGO, Aline. **Hora do Mameão em Blumenau reúne mães em luta contra o preconceito pela amamentação em locais públicos**. Jornal de Santa Catarina. 2. ago. 2014. Disponível em: <<http://jornaldesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2014/08/hora-do-mamaco-em-blumenau-reune-maes-em-luta-contr-o-preconceito-pela-amamentacao-em-locais-publicos-4565457.html>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

FREIRE, Maria Martha de Luna. **Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. 264p.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 5ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

G1 MG. **Grupo de mulheres faz 'mameão' em atos pelo aleitamento materno em BH**. G1 MG. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2016/08/grupo-de-mulheres-faz-mamaco-em-atos-pelo-aleitamento-materno-em-bh.html>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

KALIL, Irene. **De silêncio e som: a produção de sentidos nos discursos pró-aleitamento materno contemporâneos**. 1ª ed. Rio de Janeiro, Multifoco, 2016.

MEYER, Dagmar Estermann. **Pedagogias do aleitamento materno e produção de identidades de gênero**. 2000. Disponível em: <http://www.portalanpedsul.com.br/adminuploads/2000/Gestao_e_Politic/Mesa_Redonda_-_Trabalho/02_01_38_4M3703.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2017.

MEYER, Dagmar Estermann. Teorias e políticas de gênero: fragmentos históricos e desafios atuais. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, a. 57, n. 1, p. 13-8, jan./fev. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672004000100003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 4 jan. 2017.



ISSN nº 2447-4266

Vol. 4, n. 1, Janeiro-Março. 2018

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2018v4n1p655>

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

PERROT, Michelle. Os silêncios do corpo da mulher. In: MATOS, I. S. de; SOIHET, R. (Org.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Unesp, 2003. p. 13-27.

PINTO, Milton José. **Comunicação e discurso: introdução à análise de discursos**. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

SANCHES, Maíra. **Grande ABC terá 'mamaço' contra tabus**. Diário do Grande ABC. 3 ago.2012. Disponível em: <www.dgabc.com.br/Noticia/50330/grande-abc-tera-mamaco-contra-tabus>. Acesso em: 10 ago. 2016.

SAYÃO, Deborah Thomé. **Corpo, poder e dominação: um diálogo com Michelle Perrot e Pierre Bourdieu**. Perspectiva, Florianópolis, 21 (01), 121-149. Disponível em: <http://www.perspectiva.ufsc.br/perspectiva_2003_01/07_artigo_sayao.pdf>. Acesso em 20 jan. 2017.

WOLF, Jacqueline H. Got milk? Not in public! **International Breastfeeding Journal**, v. 3, n.11, p. 3, 2008. Disponível em: <<http://www.internationalbreastfeedingjournal.com/content/pdf/1746-4358-3-11.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2016.